



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

I- DAS PRELIMINARES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024

ASSUNTO: RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Trata-se de procedimento licitatório para: Futura e eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos de academia ao ar livre e playground infantil para atender as necessidades do Município de Santa Luzia do Paruá — MA, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.

II- DA ALEGAÇÕES DOS ESCLARECIMENTOS

Primeiramente de: **JM GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita sob o CNPJ: **36.213.704/0001-90**, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, apresenta impugnação aos termos do Edital de Licitação, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

(...)

“Bom dia Sr. Pregoeiro, venho por deste solicita imagens dos brinquedos do lote 2. Pois tem alguns itens do lote que está sendo impossível identificar o modelo, e como é o brinquedo. E pedimos também contato do setor de licitação, os número cadastrado no site da prefeitura, está com número a mais”

(...)

III- DA ANÁLISE DO MÉRITO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender os princípios consoantes do Art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de esclarecimento.

Em relação ao pedido de esclarecimentos, temos o que segue:

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO/REQUERIMENTO:

As descrições e características constantes no Termo de Referência, são as suficientes para formulação da proposta de preços, não constando imagens no processo, afim de não direcionar o processo de aquisição. Já em relação aos contatos, o setor de licitação não possui telefone institucional.

Certos de termos prestado os esclarecimentos necessários, de já agradecemos.

Santa Luzia do Paruá- MA, 17 de setembro de 2024.

João Pinheiro de Melo
Agente de Contratação
Pregoeiro